

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.501.519 - CE (2019/0134408-9)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : FORTAL AUTOMÓVEIS LTDA**  
**ADVOGADO : JALES DE SENA RIBEIRO - CE006397**  
**AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por FORTAL AUTOMÓVEIS LTDA, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" e alínea "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, assim resumido:

PROCESSO CIVIL AÇÃO CAUTELAR DE CAUÇÃO  
AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL TRASLADO DA PENHORA  
REALIZADA NA AÇÃO DE CAUÇÃO PARA A EXECUÇÃO FISCAL  
PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO INOCORRÊNCIA  
CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS  
DESCABIMENTO

Alega violação do art. 85, §§ 3º, 5º e 8º, do CPC, no que concerne aos honorários sucumbenciais, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Para tanto, se aplica nesta ação cautelar a situação de fato e real que originou o ajuizamento da ação, qual seja os contrato de renovação de manutenção e assistência técnica, assim como os recebimentos trancados ou suspensos pelos órgãos públicos em razão da ausência, por restrição do Fisco certidão de regularidade fiscal (CPEN), constante da exordial e inicialmente indicadas, parâmetro do valor envolvido nesta cautelar, ainda que superior aos débitos fiscais, pois foi a razão do ajuizamento da ação, repetimos, sob pena de ficarem retidos pelas entidades públicas os valores de suas vendas e serviços, bem como impedida de concorrer ou participar de licitações, já que se trata de uma concessionária de veículos e utilitários (caminhões, ônibus, tratores e motores), sendo essencial para regularidade de suas operações que não pode aguardar a conveniência ou inércia do poder público, ou incidente sobre o valor da dívida exequenda, atualizada (fl. 256).

É o relatório. Decido.

Na espécie, não houve o prequestionamento da tese recursal, uma vez que a questão postulada não foi examinada pela Corte de origem sob o viés pretendido pela parte recorrente.

Nesse sentido: “O Tribunal de origem não tratou do tema ora vindicado sob o viés da exegese dos artigos 131 e 139 do CPC/1973, e, tampouco o recorrente opôs embargos de declaração visando prequestionar explicitamente o tema. Incidência da Súmula 211/STJ” (AgInt no REsp n. 1.627.269/PE, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 27/9/2017).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AREsp n. 1.217.660/SP, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 4/5/2018; e AgInt no AREsp n. 965.710/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 19/9/2018.

Ademais, não foi comprovado o dissídio jurisprudencial, uma vez que a parte recorrente não realizou o indispensável cotejo analítico a fim de demonstrar a existência de identidade jurídica e similitude fática entre o acórdão recorrido e o(s) paradigma(s) indicado(s).

Nesse sentido: “Esta Corte já pacificou o entendimento de que a simples transcrição de ementas e de trechos de julgados não é suficiente para caracterizar o cotejo analítico, uma vez que requer a demonstração das circunstâncias identificadoras da divergência entre o caso confrontado e o aresto paradigma, mesmo no caso de dissídio notório” (AgInt no AREsp n. 1.242.167/MA, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 5/4/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AREsp n. 535.444/PR, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 1/4/2019; REsp n. 1.773.244/RJ, relatora Ministra Nancy Andrigli, Terceira Turma, DJe de 5/4/2019; e AgInt no AREsp n. 1.358.026/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 1º/4/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

